

Geopatrimónio ligado à água

O caso do património industrial na bacia hidrográfica do rio Ave

Francisco da Silva Costa
Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território;
Departamento de Geografia da Universidade do Minho;
costafs@geografia.uminho.pt

Introdução

A preocupação de proteger e estudar o património industrial é uma atitude muito recente. Os vestígios/monumentos industriais têm vindo a ser estudados e divulgados pela arqueologia industrial. O objecto de estudo do património industrial é múltiplo na sua abordagem, considerando as várias áreas produtivas e as diversas soluções construtivas.

A história local e o estudo do património industrial na bacia hidrográfica do rio Ave, tendo em conta os objectos do quotidiano, de tecnologia, de processos de trabalho, de saberfazer, utensílios e equipamento, apresentam alguns exemplos de grande interesse:

- As oficinas, manufacturas e fábricas ligadas a actividades tradicionais e os diferentes processos produtivos, tecnologias e equipamentos associados;
- As fontes de energia, desde as rodas hidráulicas até às oficinas hidroeléctricas;
- A multifuncionalidade dos edifícios industriais.

Nos últimos séculos, o rio Ave e seus afluentes marcaram, de forma singular, a implantação industrial, o que se relaciona com as vantagens associadas às facilidades hídricas para a produção de energia e o abastecimento de água nas diferentes fases dos processos industriais em que esta é utilizada.

Factor determinante na localização industrial no vale do rio Ave foi, sem dúvida, a água. De facto, verifica-se que a distribuição espacial das unidades industriais acompanham, muito de perto, o traçado de algumas linhas de água, intensificando-se na vizinhança dos aglomerados urbanos.

Pretende-se com este artigo dar um contributo sobre o património que resultou da relação entre o recurso água e a indústria e as potencialidades que decorreram da sua integração territorial na bacia hidrográfica do rio Ave.

Enquadramento geográfico

A bacia hidrográfica do rio Ave está localizada no noroeste de Portugal entre os 41º 15' e 41º 40' de latitude Norte e 8º 00' e 8º 45' de longitude Oeste, numa área de aproximadamente 1391 km². Esta bacia confronta a Norte com a bacia hidrográfica do rio Cávado, a Oriente com a bacia hidrográfica do rio Douro e a Sul com a bacia hidrográfica do rio Leça. Os concelhos de Guimarães e Vila Nova de Famalicão ficam totalmente integrados na bacia hidrográfica do rio Ave, enquanto que Braga, Barcelos, Celorico de Basto, Fafe, Póvoa do Lanhoso e Vieira do Minho, todos do distrito de Braga e ainda parte dos concelhos de Felgueiras, Lousada, Maia, Paços de Ferreira, Póvoa do Varzim, Santo Tirso e Vila do Conde do distrito do Porto, parcialmente (fig. 1).

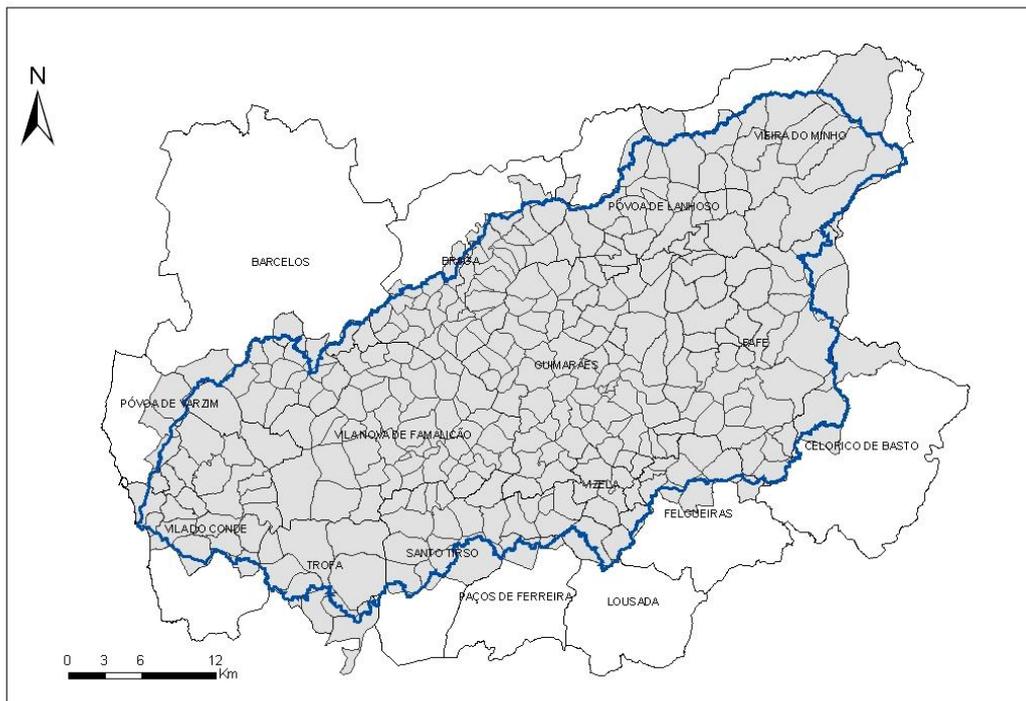


Fig. 1. Enquadramento administrativo da bacia hidrográfica do rio Ave.

Fonte: IGEO

É difícil determinar a época em que surgiu o aproveitamento hidráulico associado à utilização industrial das águas na Bacia hidrográfica do rio Ave. Só a partir dos séculos XIV e XV é que, pouco a pouco, se começa a empregar a roda hidráulica, como motor das instalações mais diversas -serrarias de madeira ou de mármore, fábricas de papel, de laminação de metais, entre outras. Tinha-se finalmente adquirido a consciência da importância, que, para a indústria, representava o aproveitamento das quedas de

água, e da força mecânica que era o seu resultado. O século XVIII não faz mais que acentuar os factos que vinham já esboçando-se anteriormente. Aperfeiçoaram-se as máquinas de produção e usou-se largamente da água como força motriz. (CAEIRO, F. J., 1919). De facto, foi a esta forma de energia que recorreram as primeiras grandes fábricas que se instalaram no vale do Ave, as quais vieram a ter um papel pioneiro e inovador na industrialização da área. Tratava-se, fundamentalmente, de promover o aproveitamento do chamado “motor natural”, ou seja, de tirar partido do aproveitamento dum curso de água para a mecanização do processo produtivo (ALVES, J. F., 2002), a partir das características físicas e hidrológicas que promoviam a força hidráulica.

A presença da indústria na bacia hidrográfica do rio Ave colocou, desde o seu início, a necessidade de se resolver o problema de fornecimento de energia às fábricas da região. Estas, que inicialmente recorreram à utilização da energia hidráulica, vêm-se, progressivamente, confrontadas com uma crescente necessidade de energia. (CORDEIRO, J. M., 1992). Ainda nos finais do século XIX, algumas grandes empresas passaram a produzir electricidade, destinada à força motriz e à iluminação, através da instalação de dínamos próprios. Na sequência desta iniciativa, várias outras se sucederam, no âmbito da electrificação e da utilização da electricidade pela indústria do vale do Ave.

A indústria têxtil - Uma perspectiva segundo as fábricas de fiação e tecidos

O rio Ave e seus afluentes marcam, assim, a implantação industrial do têxtil, o que se relaciona com as vantagens associadas às facilidades hídricas para produção de energia e abastecimento de água nas diferentes fases dos processos industriais em que esta é utilizada.

É, sem dúvida, no médio Ave, propriamente, na zona da confluência do rio Vizela com o rio Ave, que se nota uma maior concentração da indústria têxtil, resultando daí um maior dinamismo na relação com os cursos de água aí existentes. A maior dinâmica nesta área da bacia hidrográfica deve ter em conta que para além de estarmos na presença das principais unidades industriais ligadas ao têxtil, são também aquelas que atingem maior dimensão empresarial.

Uma das unidades fabril mais importante na região foi, sem dúvida, a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, que em 1845, se instalou em Santo Tirso. Em 1922, o antigo

edifício da primitiva fábrica, situada na freguesia de Aves, foi destruído por um incêndio tendo sido, por isso, reconstruído (fig.2)

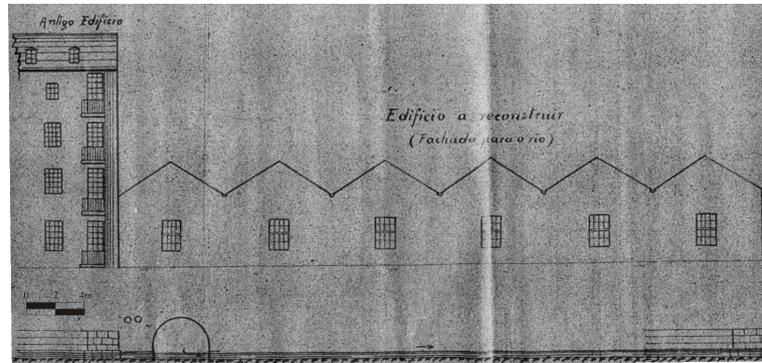


Fig. 2 – Projecto de reconstrução da Fábrica de Fiação do rio Vizela após o incêndio de 1922. (Fonte: ARH-Norte)

O marco simbólico do têxtil no rio Ave situa-se no concelho de Vila Nova de Famalicão com a instalação da Sampaio, Ferreira & Companhia, em Riba de Ave. Narciso Ferreira, o empresário têxtil da região, lançou novas unidades fabris, sendo de destacar, em 1905, a Empresa Têxtil Eléctrica, na freguesia de Bairro, a primeira electrificada; (Alves, J. F., 2003), criando-se desde logo um verdadeiro grupo empresarial de base familiar. Idealizada para trabalhar a energia hidroeléctrica produzida na própria fábrica, surge também para aproveitar os desperdícios de algodão da casa-mãe no fabrico de cobertores e cotins grossos.

Várias outras fábricas aparecem no início do século XX, aproveitando a força motriz das águas do rio Ave. É o caso da empresa Faria N. Guimarães & Companhia de Delães (Vila Nova de Famalicão), que surge em 1907, com a construção duma fábrica de tecidos (fig. 3) aproveitando a força motriz de antigas moendas para a sua laboração.



Fig. 3 – Projecto relativo à construção da fábrica Faria N. Guimarães & C.ª (1907). (Fonte: ARH-Norte)

A especificidade da indústria têxtil, na bacia hidrográfica do rio Ave, foi clara ao longo do todo o século XX, não só pelo peso que representou no conjunto do sector secundário, como na sua especialização ligada à fiação e ao tecido, bem como à sua representatividade, que, embora tendencialmente concentrada no Médio Ave, tem uma expressão ao nível de toda a bacia. Outro aspecto importante tem a ver com a “cumplicidade” espacial que a água permitiu, a nível local, na ligação a outras actividades especializadas, como foram os casos dos curtumes e da indústria de papel.

A tradição dos curtumes em Guimarães

É no concelho de Guimarães, que se concentram as empresas de curtumes, cujas tradições industriais remontam à Idade Média, a qual, em grande parte, se implantou e desenvolveu numa zona específica da cidade, a “Zona do Rio de Couros”, onde se localizam algumas das mais antigas fábricas. Para além da sua importância do ponto de vista patrimonial, a “Zona do Rio de Couros” assume um particular significado para a história da arqueologia industrial no nosso país. A proposta para a sua classificação como imóvel de interesse público, aprovada em Julho de 1977, pela então Direcção-Geral do Património Cultural, constituiu a primeira iniciativa que se realizou em Portugal no âmbito da moderna arqueologia industrial.

Nas margens do rio de Couros, ao contrário do que acontecia noutros locais da bacia hidrográfica do rio Ave, a transformação das peles não era uma ocupação temporária e sazonal, embora seja possível admitir uma certa complementaridade nas ocupações. (PINTO, M. E. S., 2002). No início do século XX, a laboração nas fábricas de curtumes era de carácter manual, sendo exercida essencialmente nas freguesias urbanas, nomeadamente nos arrabaldes citadinos. Apesar de algumas unidades instaladas posteriormente terem inserido nos processos de fabrico a componente mecânica, o esforço humano continuava a ser a principal referência desta actividade.

O tratamento das peles envolvia um conjunto de processos tradicionais nos quais a água era o elemento fundamental, sendo por isso estratégica a implantação deste tipo de indústrias junto dum rio ou ribeiro (fig. 4).

A indústria dos curtumes tem uma forte dependência de águas correntes, que está associada às diferentes operações conhecidas por “trabalhos de ribeira” (PINTO, M. E. S., 2002). A indústria de curtumes de Guimarães é um exemplo da concentração espacial duma actividade fortemente dependente da água, ao contrário do que sucedeu com o fabrico do papel.

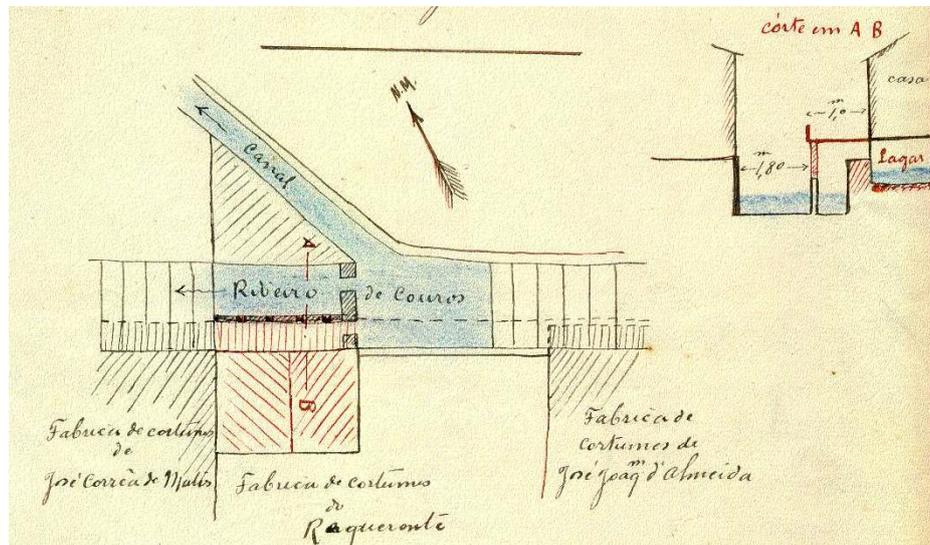


Fig. 4 – Fábricas de curtumes sobre o ribeiro de Couros, em 1920. (Fonte: ARH-Norte)

As fábricas de papel – Uma implantação dispersa e secular

Como a maioria das unidades pré-industriais, as fábricas de papel localizavam-se em zonas de vale, de forma a poder dispor de água em abundância, fundamental no conjunto de operações do processo de fabrico de papel e papelão.

Podemos falar de tradição no fabrico de papel, nomeadamente no rio Vizela, onde várias unidades se concentraram a partir do século XVIII. Da história da indústria em Vizela, faz parte a primeira fábrica no mundo a produzir papel através da pasta de madeira – a Fábrica de Papel de Vizela - criada no tempo de D. Maria I nas margens do Rio Vizela.

Dadas as condições hidrológicas, a área envolvente à confluência do rio Vizela com o rio Ave, possibilitou o aparecimento dum conjunto de empresas que se dedicaram ao fabrico do papel. Uma destas empresas é a Fábrica de Papel Mendes & Machado Lda., que albergava no seu edifício industrial a moagem e serração destinada a secadouro de papel. Trata-se de mais um exemplo em que no mesmo edifício coabitam várias actividades que recorrem ao mesmo aproveitamento hidráulico.

Uma das empresas mais importantes do Médio Ave do início do século XX foi, sem dúvida, a Fábrica de Papel de Espinho de António da Cunha Lima (fig. 5), posteriormente com a designação de “Empreza do rio Vizela”, localizada na freguesia de Campo (São Martinho) em Santo Tirso.

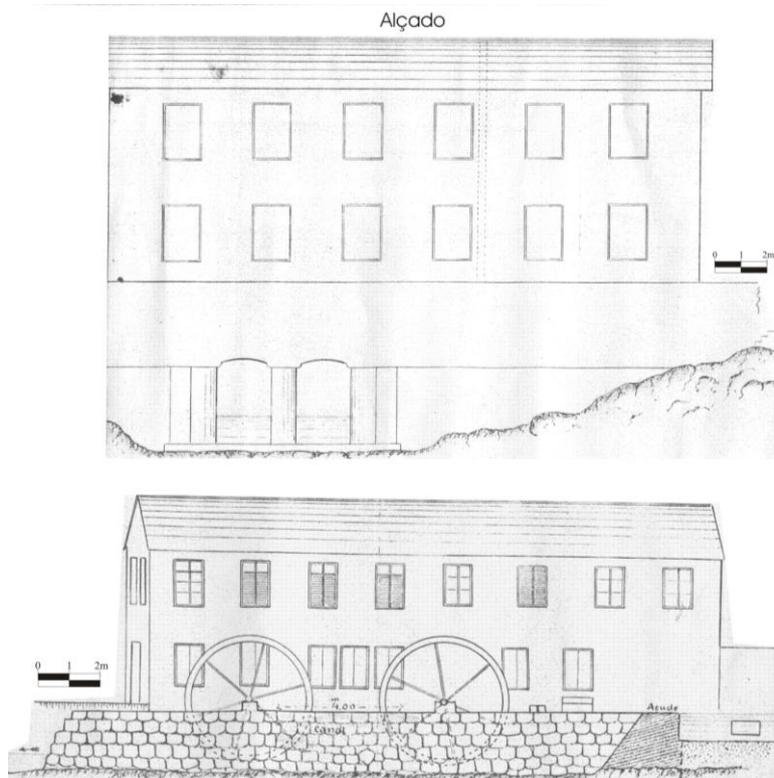


Fig. 5 – Projecto relativo à construção da fábrica de papel “Cunha Lima” em 1919.
(Fonte: ARH-Norte)

Na transição para o Alto Ave, nomeadamente no lugar da Abelheira da freguesia de Castelões (Guimarães), a firma Alfredo da Silva Araújo & Companhia, Lda. possuía, em 1928, um aproveitamento para o qual requereu a reparação e o reforço do açude e canal da antiga fábrica de papel, moagem, serração e tecelagem, na margem esquerda do rio Ave. Estas quatro actividades acabam por funcionar em simultâneo nessa altura, embora passado uns anos, a empresa se tenha dedicado exclusivamente ao sector têxtil.

No rio Vizela, há mais duas referências no fabrico de papel, localizadas no seu curso superior, dentro do concelho de Fafe:

- no lugar de Queimaterra, na freguesia de Fareja - a firma José Ribeiro Correia, a quem foi atribuído um diploma de licença, em 1933, para colocar tábuas sobre o açude da sua fábrica de papel. A 11 de Agosto de 1951, o proprietário Adelino Lopes obteve o alvará para a instalação duma roda hidráulica com a potência de 10 hp e a reconstrução dum edifício na margem direita, adaptando-o a fábrica de pape (fig. 6);

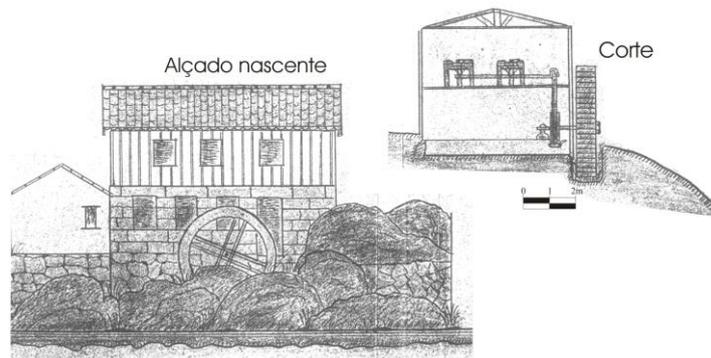


Fig. 6 – Projecto relativo à colocação de roda hidráulica na fábrica de papel de Adelino Lopes (1951).

(Fonte: ARH-Norte)

- no rio Ferro, lugar de Cavadas e freguesia de Fafe – conhecida como a fábrica de papel de Cavadas.

A freguesia de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão) é outra zona onde se concentravam duas empresas para o fabrico de papel, desta vez ao longo do curso intermédio rio Este. A Fábrica de Papel de Penices é, sem dúvida, um caso de sucesso deste tipo de actividade que ainda em 2003 mantinha, em dificuldades, a sua actividade.

Em Vila do Conde, já no curso inferior do rio Ave, estabeleceu-se a Fábrica de Papel do Ave, Lda., na sua margem esquerda (no lugar de Rego Naval, Fornelo). Em 1923, em substituição de antiga azenha e engenho de serração, o proprietário requer a inutilização das suas moendas para o estabelecimento duma fábrica de papel, mantendo as características do aproveitamento hidráulico. O pedido foi diferido por um prazo de vinte anos e nesta sequência iniciou-se o respectivo processo de concessão de interesse privado para o aproveitamento da energia das águas do rio Ave destinado à laboração duma fábrica de papel.

As fábricas de papel tiveram uma grande importância na bacia hidrográfica do rio Ave, implantando-se, preferencialmente, no Médio Ave, numa lógica de concentração industrial, mas também, no curso superior do rio Vizela, resultado duma conversão funcional local, e no Baixo Ave, onde as águas eram ainda mais favoráveis ao desenvolvimento dessa actividade. Se por um lado, podemos falar da especialização da indústria têxtil nesta região, também é importante reconhecer alguma diversidade que decorre da implantação dos curtumes e do fabrico de papel, e de outras actividades que vão aparecer, paralelamente, e de forma complementar. Convém, assim, destacar outros sectores tradicionais, como é o caso da fundição, da cutelaria e pentes.

Este tipo de indústria também aparece ligada a outras actividades complementares, como a moagem e a serração. É o caso da Fábrica de Fundição e Serração Mecânica de Rebordões (Santo Tirso), situada na margem esquerda do rio Vizela. Esta fábrica seria ampliada por duas vezes, em 1947 e posteriormente em 1963 (fig. 7).

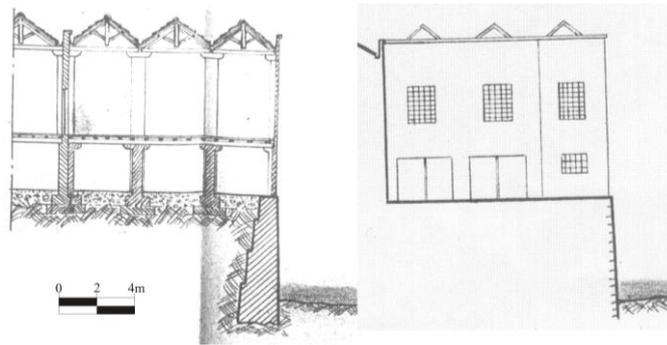


Fig. 7 – Projecto relativo à ampliação da fundição e serração de Rebordões, em 1963.
(Fonte: ARH-Norte)

Os métodos de fundição são muito antigos e surgem principalmente como formas organizativas de outras actividades, nomeadamente a cutelaria. Temos um núcleo significativo, deste género, nas proximidades do centro urbano de Guimarães, onde o trabalho de metalurgia a produção de cutelarias se desenvolveu de forma complementar ao longo dos últimos séculos. A indústria da cutelaria estabeleceu-se, maioritariamente, neste concelho, na medida em que os cursos de água desta região apresentavam uma configuração que favorecia o aproveitamento de energia necessária aos engenhos de amola. Podemos assim referir duas destas fábricas e o teor dos registos encontrados sobre estas:

- em 1920, Simão Eduardo Alves Neves obtém o diploma de licença para a construção duma casa, destinada ao fabrico de cutelaria e a reparação dum açude da sua azenha, sendo o maquinismo accionado com uma nova roda hidráulica, abrindo um canal para esse efeito;

- em 1959, Manuel Freitas Ribeiro Guimarães de Prazins (Santa Eufémia) entrega um requerimento, no sentido de manter a sua fábrica de cutelarias, movida por roda hidráulica na margem esquerda do rio Ave (fig. 8).

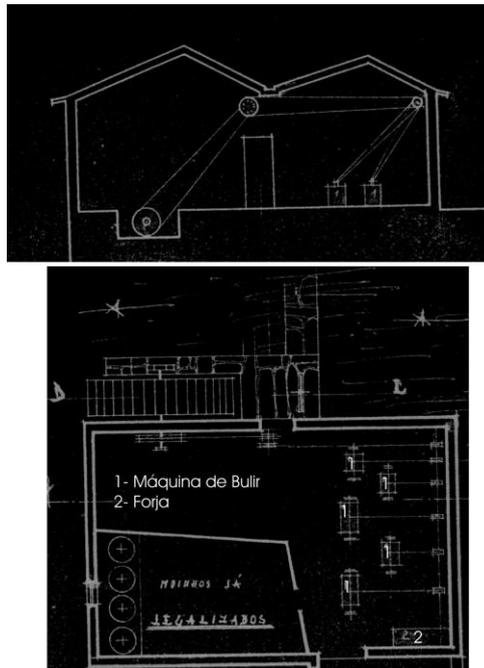


Fig. 8 – Projecto relativo à legalização da fábrica de cutelarias de Manuel Guimarães, em 1959.
(Fonte: ARH-Norte)

Como se pode verificar, a utilização de rodas hidráulicas continua a ser uma das principais forças motrizes destas fábricas no início do século.

A cutelaria surge também em Caldas de Vizela (São João) pela iniciativa de Augusto Inácio da Cunha Guimarães, numa fábrica em que integra também a produção de pentes (fig. 9).

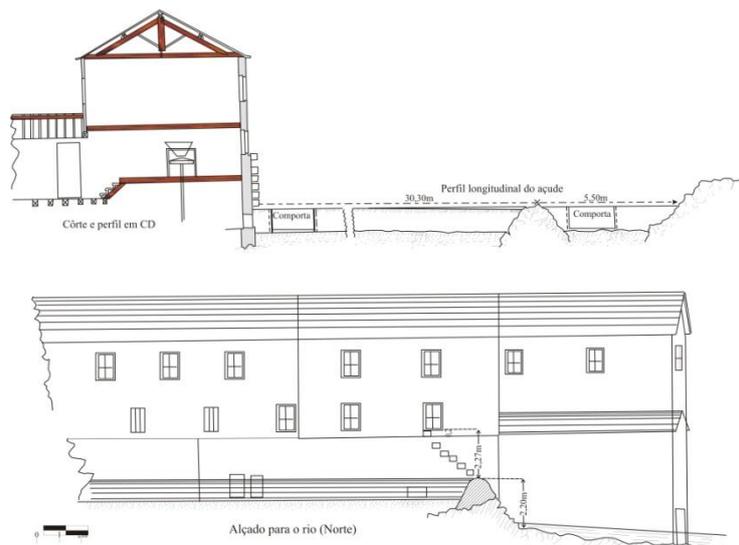


Fig. 9 – Projecto relativo à construção da fábrica de cutelarias e pentes de Augusto Guimarães, em 1918.
(Fonte: ARH-Norte)

Outras fábricas de pentes se concentraram essencialmente em Guimarães e em Santo Tirso. A Fábrica de Pentes do rio Vizela, Lda. começa esta actividade industrial em 1921 quando apresenta um projecto para construir um canal de derivação, destinada a uma nova fábrica de moagem, pentes e tecidos, adjacente à fábrica actual e construir gola para a colocação duma quarta roda hidráulica, paralela às existentes numa antiga azenha. Este exemplo demonstra, de facto, o intenso aproveitamento hidráulico do rio Ave nesta região, e as características funcionais das fábricas de então.

Considerações finais

O aparecimento de indústrias tradicionais na bacia hidrográfica do rio Ave vem reforçar a ideia da água constituir-se como recurso fundamental no desenvolvimento das suas actividades, principalmente no que respeita à utilização nos diferentes processos de produção existentes. Isso revela, por um lado, a necessidade que os empresários locais tiveram em diversificar o “tecido industrial” regional, procurando novos nichos de mercado, e por outro lado, teve também como efeito, o agravamento das condições hidrológicas e ambientais.

Independentemente do surgimento de novas actividades, os cursos de água continuaram a ter um papel determinante no sistema produtivo local, permitindo o desenvolvimento dum sector industrial difuso e garantindo a manutenção dos aproveitamentos hidráulicos e hidroeléctricos. É neste quadro regional que podemos falar de geopatrimónio ligado à água.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. F. (2003) – *A indústria têxtil do Vale do Ave, in Património e Indústria no Vale do Ave, um passado com futuro, Rota do Património Industrial do Vale do Ave, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A., Vila Nova de Famalicão, p.372-389.*
- Alves, J. F. (2002) – *Para que servem os meus olhos? Notas sobre o trabalho feminino na indústria têxtil de Guimarães, in Forum (Universidade do Minho), 32, Julho-Dez, pp. 61-79.*
- Alves, J. F. (1999) – *Fiar e tecer – Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave, Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão.*

- Caeiro, F. J. (1919) - Quedas de água: esboço económico-jurídico, França & Arménio, Coimbra, 172 p.
- Cordeiro, J. M. L. (2001) - *Indústria e energia na Bacia do Ave: [1845-1959]*, Cadernos do Noroeste, Série História, Nº1 (2001), Braga, p. 57-174.
- Cordeiro, J. M. L. (1992) - *Património industrial do Vale do Ave*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão.
- Costa, F. S. (2004) – “As águas públicas na bacia do Ave: Uma perspectiva do ordenamento do território no início do século XX”, *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 14 p.
- Costa, F. S. (2008) -A gestão das águas públicas – O caso da Bacia Hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973, *Dissertação de Doutoramento*, Universidade do Minho, Braga, 857 p.
- Costa, F. S. (2009) - “Águas públicas e sua utilização no concelho de Fafe - Um contributo do ponto de vista histórico-geográfico”, *Câmara Municipal de Fafe*, Fafe, 114 p. (no prelo).
- Mendes, J. A. (2003) – “A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional”, *in Património e Indústria no Vale do Ave, um passado com futuro*, Rota do Património Industrial do Vale do Ave, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A., pp.12-37.
- Pinto, M. E. S. (2002) - Curtidores e Surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano, Universidade do Minho, Braga, 229 p.